

Estudo Técnico Preliminar 9/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A aquisição de material permanente e utensílios de rancho para os setores de aprovisionamento da 23ª Brigada de Infantaria de Selva é fundamental para garantir a operacionalidade e a eficiência das atividades logísticas em ambiente de selva. Tais materiais são essenciais para atender às necessidades de preparo e distribuição de alimentos, assegurando a manutenção da saúde e do bem-estar das tropas em condições adversas. Além disso, utensílios de rancho, como panelas, talheres, e equipamentos de cozinha, são indispensáveis para a preparação adequada das refeições, atendendo aos padrões de higiene e segurança alimentar necessários para o desempenho contínuo das missões.

A substituição e ampliação do estoque de materiais permanentes, como fogões industriais, freezers e sistemas de armazenamento, são igualmente cruciais para a modernização e o aprimoramento das capacidades logísticas da brigada. Essas aquisições permitem o armazenamento seguro de alimentos perecíveis, reduzindo desperdícios e garantindo a autonomia operacional em áreas remotas. Portanto, a aquisição desses itens não apenas apoia a sustentação das tropas, mas também fortalece a capacidade da brigada de atuar com eficácia em operações de defesa e proteção na região amazônica, alinhando-se às exigências estratégicas e institucionais.

A aquisição desses materiais de rancho será de vital importância para a Operação Kayapó, conduzida pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, pois garantirá a adequada alimentação e o suporte logístico necessário às tropas durante a execução da missão em uma região de selva, caracterizada por desafios extremos. Esses materiais, como utensílios de cozinha, equipamentos de preparo e armazenamento de alimentos, serão indispensáveis para assegurar a autonomia e a capacidade operacional das equipes em campo, permitindo que as refeições sejam preparadas com segurança e eficiência. Além disso, contribuirá para a manutenção da saúde e do moral da tropa, fatores essenciais para o sucesso das operações em um ambiente de alta complexidade.

A aquisição desses materiais, está respaldada pela designação formal dos militares envolvidos no planejamento e execução logísticos, conforme consta no Boletim Interno nº 228, de 11 de dezembro de 2024, do 52º Batalhão de Infantaria de Selva. Esse documento atesta a ciência e a designação oficial da equipe de planejamento, garantindo a regularidade das ações preparatórias. Além disso, a aquisição encontra amparo legal nos artigos 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre a responsabilidade técnica e o planejamento detalhado nas contratações públicas, reforçando a necessidade de alinhamento com as normativas legais e a eficiência administrativa para o êxito da operação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de aprovisionamento do 52º Batalhão de Infantaria de Selva	JOÃO GUILHERME BRAGA DOS SANTOS - 2º Ten
Setor de aprovisionamento do 52º Batalhão de Infantaria de	

Selva

Paulo Fernando Rates Do Nascimento - 3º Sgt

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os padrões mínimos de qualidade para a contratação de materiais de rancho devem assegurar que os itens adquiridos atendam às especificações técnicas necessárias para o uso em ambiente operacional, à durabilidade requerida e às normas sanitárias e de segurança vigentes. Para isso, recomenda-se:

1. **Materiais de Qualidade e Resistência:** Todos os utensílios, como panelas, talheres e equipamentos de preparo e armazenamento, devem ser fabricados com materiais resistentes à corrosão, como aço inoxidável ou alumínio anodizado, apropriados para uso intensivo e prolongado em condições adversas.
2. **Adequação Sanitária:** Os materiais devem estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo a segurança alimentar durante o manuseio e preparo dos alimentos.
3. **Eficiência Operacional:** Equipamentos como fogões industriais e freezers devem possuir certificações de eficiência energética e alta capacidade operacional, possibilitando o atendimento a um número significativo de pessoas.
4. **Garantia e Assistência Técnica:** Os fornecedores devem assegurar garantia mínima de 12 meses e oferecer assistência técnica para reparos ou substituições, garantindo a continuidade das operações.
5. **Atendimento às Necessidades Específicas:** Os produtos devem ser compatíveis com as especificidades das operações em selva, como resistência a altas temperaturas, umidade e impactos.

Esses padrões são essenciais para garantir que os materiais contratados contribuam para a eficiência, segurança e sucesso da Operação Kayapó.

Os itens requisitados para a aquisição de materiais de rancho foram devidamente verificados no Catálogo Eletrônico de Padronização, conforme determina a legislação. Até o dia 20 de dezembro de 2024, foi constatado que o catálogo apresentava apenas minutas padronizadas para os itens água mineral sem gás, café e açúcar. Portanto, no caso presente, não existem minutas padronizadas aplicáveis aos materiais de rancho necessários para a Operação Kayapó. Assim, a aquisição será conduzida em conformidade com o disposto no Art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de contratação direta ou com especificações não padronizadas quando a padronização não é previamente definida no catálogo.

Para esta aquisição serão aplicados critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU)** e legislações específicas, como as normativas do IBAMA, CONAMA, ANVISA e INMETRO. Esses critérios visam alinhar as contratações com os princípios de responsabilidade ambiental e eficiência no uso de recursos públicos. As seguintes diretrizes serão adotadas:

1. **CrITÉrios Ambientais:** Os materiais devem ser fabricados com componentes recicláveis ou biodegradáveis sempre que possível, reduzindo o impacto ambiental. A aquisição deve priorizar fornecedores que comprovem práticas sustentáveis, como o uso de energia renovável e certificações ambientais, em conformidade com as normas do IBAMA e CONAMA.

2. **Eficiência Energética:** Equipamentos como freezers e fogões industriais deverão apresentar certificação do INMETRO quanto à eficiência energética, reduzindo o consumo de energia durante sua operação.
3. **Conformidade Sanitária:** Todos os materiais devem atender às regulamentações da ANVISA, garantindo segurança alimentar e sanitária no preparo e manuseio dos alimentos.
4. **Certificação e Rastreamento:** Os produtos deverão ser acompanhados de certificações de origem e qualidade emitidas por órgãos competentes, como o INMETRO, assegurando o cumprimento dos padrões técnicos e de sustentabilidade.

Essas práticas reforçam o compromisso da 23ª Brigada de Infantaria de Selva com a sustentabilidade, contribuindo para a preservação ambiental e a eficiência operacional durante as Operações, em sintonia com os princípios estabelecidos na legislação nacional.

A aquisição requer uma análise cuidadosa das soluções de mercado disponíveis, considerando produtos, fornecedores e fabricantes que atendam aos critérios de qualidade, sustentabilidade e conformidade com as normas vigentes.

Soluções de Mercado Disponíveis

O mercado brasileiro oferece uma variedade de produtos voltados para cozinhas industriais e operações de campo, incluindo utensílios de cozinha, equipamentos de armazenamento e preparo de alimentos. Empresas especializadas, atuam nesse segmento, fornecendo itens que atendem às demandas de diferentes portes, com foco em eficiência e qualidade.

Situação do Mercado na Região Norte e em Marabá

Na região Norte do Brasil, o estado do Pará destaca-se no setor agropecuário, com um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 34,20 bilhões, liderando a produção na região. Em Marabá, a economia é impulsionada por projetos governamentais e atividades agroindustriais, o que influencia a disponibilidade de fornecedores locais. Embora a cidade possua um comércio ativo, a oferta de fornecedores especializados em equipamentos de cozinha industrial pode ser limitada, exigindo a busca por fornecedores em centros urbanos maiores ou a contratação de empresas que atendam remotamente.

Considerações para a Aquisição

Diante desse cenário, é fundamental que o processo de aquisição:

- **Identifique Fornecedores Confiáveis:** Busque empresas com experiência comprovada no fornecimento de materiais de rancho, que atendam aos padrões de qualidade e sustentabilidade exigidos.
- **Considere a Logística:** Avalie a capacidade dos fornecedores em atender às demandas logísticas específicas da região, garantindo a entrega pontual e em conformidade com as necessidades operacionais.

Essa abordagem permitirá a seleção de soluções de mercado adequadas às necessidades, contribuindo para a eficiência e o sucesso das atividades planejadas.

No presente processo, não será exigida a apresentação de amostras ou provas de conceito para os itens requisitados. Essa decisão considera que as especificações técnicas dos produtos já estão claramente definidas no termo de referência, alinhadas às necessidades operacionais e aos

padrões de qualidade previamente estabelecidos. Dessa forma, busca-se simplificar o processo de contratação, garantindo celeridade na aquisição e cumprimento dos prazos das missões, sem prejuízo à qualidade dos materiais adquiridos.

Os materiais de rancho requisitados não se enquadram como bens de luxo, conforme disposto no Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, pois são itens de natureza essencial e funcional, destinados a atender às necessidades operacionais da 23ª Brigada de Infantaria de Selva em suas atividades diárias e a Operação Kayapó.

Os valores dos produtos deverão incluir todos os custos adicionais, como frete, impostos e quaisquer encargos necessários para a entrega dos materiais no local especificado, conforme previsto nas condições de contratação. O endereço completo para a entrega dos produtos encontra-se no termo de referência.

Justificativa para não adoção da cota reservada para contratação exclusiva de ME/EPP

1. É certo admitir que a destinação de ITENS EXCLUSIVOS de COTAS de até 25% (vinte e cinco por cento) às microempresas e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações de bens de natureza divisível, conforme determinam os incisos I e III do art. 48, da Lei Complementar 123/2006. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que sejam apresentadas as devidas justificativas, haja vista tratamento diferenciado resultar de expressa disposição constitucional (CF/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não adotaria exclusividade.

1.1. Nesse sentido, considerando o prescrito no art. 49 da lei supracitada, em caso de observada não vantajosidade para a administração pública, na qual a exclusividade represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, fica afastada a obrigatoriedade da destinação de cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.2. Na Guarnição de Marabá as licitações de compra de bens e contratação de serviços comuns são realizadas de maneira centralizada, conforme prescreve art. 7, da Portaria 144-SEF/C Ex, de 19 de Julho de 2021. Ademais, essa medida visa obter vantagens e melhorias na solução dos problemas demandados pelas Equipes de Planejamento da Contratação, já que garante, através da potencialização da economia de escala, adquirir produtos de melhor qualidade e com preços mais vantajosos. Vantagem que poderia ser perdida caso fossem adotadas cotas exclusivas nos itens de interesse para a administração, haja vista as menores quantidades a serem fornecidas pelos ME/EPP, usualmente, apresentarem valores unitários arrematados mais elevados.

1.3. Merece especial atenção o fato da reserva de cotas à ME/EPP também ocasionar restrição à participação de fabricantes, distribuidores e/ou empresas de grande porte. É certo que para a aquisição do objeto desta licitação os custos com tributos, transportes, margem de lucro e outros, incidem em toda a cadeia comercial, desencadeando em maior onerosidade às ME/EPP colocando seus preços em um patamar mais elevado, causando notório prejuízo à Administração Pública, ferindo desta forma o princípio da economicidade.

1.4. Ainda, tal divisão poderia ocasionar grandes problemas na execução da entrega do objeto adquirido, haja vista o mesmo item possuir dois fornecedores diferentes, o que ocasionaria datas de entrega e características desiguais para um mesmo resultado licitado, fato que representaria prejuízo ao complexo das soluções do objeto a ser contratado haja vista contexto operacional em que está inserido o Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva. Nesse aspecto, destaca-se que possuímos outras 5 (cinco) Organizações Militares Vinculadas administrativamente que apresentam vida vegetativa e operacional bastante individualizadas, o que impossibilitaria controle adequado das aquisições de acordo com o que prevê a Lei Complementar referida no que tange extinção do saldo do item em cotas para que, só então sejam executadas as cota de participação geral, o que causaria possíveis danos ao planejamento e execução das diversas missões do amplo espectro em que esta Brigada de Infantaria está inserida.

2. Dessa maneira, esta Equipe de Planejamento conclui, por todo o exposto que a admissão da

cota reservada poderá acarretar prejuízo ao objeto a ser adquirido e consequentemente prejuízo à administração, e que tal decisão preserva a competitividade do certame, garantindo a isonomia e possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, haja vista continuarem sendo preservados os demais benefícios à ME/EPP trazidos na lei Complementar nº 123, de 2006.

5. Levantamento de Mercado

Atender às demandas de aquisição de materiais para o setor de aprovisionamento na região de Marabá apresenta desafios significativos devido à limitada disponibilidade de fornecedores especializados e à complexidade logística característica da região Norte do Brasil. A infraestrutura de transporte, frequentemente comprometida por longas distâncias, condições precárias de estradas e sazonalidade climática, impacta diretamente a agilidade e o custo das entregas. Além disso, a dependência de fornecedores localizados em centros urbanos maiores pode aumentar o tempo de resposta às necessidades operacionais e elevar os custos logísticos. Esses fatores exigem planejamento detalhado e estratégias que minimizem os riscos de atrasos e inconsistências no fornecimento.

Foi realizado um levantamento detalhado de mercado, utilizando fontes diversificadas, como consultas a outros órgãos públicos, sítios eletrônicos especializados e contato direto com fornecedores locais e regionais. Esse processo garantiu uma análise ampla e criteriosa dos preços praticados, assegurando que os valores indicados representem as opções mais acessíveis e compatíveis com a realidade operacional e orçamentária da 23ª Brigada de Infantaria de Selva. Assim, a escolha busca equilibrar economicidade e qualidade, atendendo às necessidades específicas da Operação Kayapó e as atividades diárias das Organizações Militares.

A melhor alternativa para a administração nesta aquisição será a modalidade pregão eletrônico, pois, o mercado em Marabá e na região Norte, embora ativo, é limitado em relação a fornecedores especializados em equipamentos e utensílios de cozinha industrial, devido à predominância de pequenos comércios e restrições logísticas.

Não existem normas técnicas específicas que regulam diretamente os preços dos objetos de rancho. Contudo, os valores devem ser estabelecidos com base em levantamentos de mercado e princípios previstos na legislação, como a economicidade e a competitividade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Além disso, práticas relacionadas à sustentabilidade e à eficiência podem ser guiadas por normas de qualidade certificadas por órgãos como o INMETRO, que atestam a conformidade técnica dos produtos, mas sem regulamentar preços. O monitoramento de mercado e consultas a referências de preços em fontes oficiais são, portanto, fundamentais para assegurar a adequação e razoabilidade dos valores contratados.

Os objetos de rancho requisitados são, em sua maioria, bens prontos no mercado, amplamente disponíveis em lojas e fornecedores especializados, a maioria dos materiais, como utensílios e itens básicos de cozinha, pode ser adquirida diretamente de estoques comerciais.

6. Descrição da solução como um todo

A compra/contratação é simples, pois atende de forma direta às necessidades operacionais, sem depender de aquisições ou contratações complementares para alcançar sua finalidade.

Seguirá o seguinte roteiro:

1. Após a homologação do pregão, o Cmdo 23ª Bda Inf SI emitirá Notas de Empenho conforme as necessidades apresentadas pelo Setor Requisitante e aprovação do Ordenador de Despesas.
2. Após emissão da Nota de Empenho e assinatura do contrato, os mesmos serão encaminhados para o fornecedor através de e-mail, o mesmo terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para confirmar o recebimento. Para isso, a empresa terá que manter seu e-mail de contato atualizado no SICAF.
3. Após confirmado o recebimento, a empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para entrega dos materiais aos almoxarifados das OM subordinadas ao Cmdo 23ª Bda Inf SI.
4. Os materiais adquiridos serão entregues conforme descrição do objeto no termo de Referência, e conferidos por uma Comissão de Recebimento publicada semanalmente em Boletim Interno, serão recebidos somente os materiais que estiverem em ótimo estado, mantendo as condições de validade do produto de acordo com as características especificadas no edital, sob a pena de recusa total ou parcial dos materiais.
5. Caso os materiais não sejam aceitos por descumprimento do objeto do Termo de Referência, a empresa terá um novo prazo de 5 (cinco) dias para entregar o material que apresente as características necessárias para o recebimento.
6. Após o recebimento, a Comissão de Recebimento terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para atestar o recebimento e solicitar autorização para pagamento.
7. Após o recebimento sem alterações pela Comissão, a Nota Fiscal será enviada para a Tesouraria que executará os trâmites necessários para pagamento da mesma

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A justificativa detalhada dos quantitativos que faz menção a eventos futuros estão dispostas na lista consolidada ao ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.811.845,44

Atendendo às diretrizes condicionais da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, foi realizada uma pesquisa de preços para a aquisição de materiais de rancho destinados à 23ª Brigada de Infantaria de Selva.

A pesquisa foi conduzida por meio da plataforma **Compras.gov.br**

Além disso, os seguintes critérios foram utilizados.

1. **Histórico de contratações anteriores :**
2. **Cotações realizadas junto a fornecedores :**
3. **Compatibilidade com especificações técnicas :**

A diferença de R\$ 7,54 entre o valor consolidado da planilha (R\$ 3.811.837,90) e o da pesquisa de preços (R\$ 3.811.845,44) ocorre devido à discrepância no número de casas decimais utilizadas pelos sistemas. O ComprasNet trabalha com quatro casas decimais, enquanto a planilha do Google utiliza apenas duas. Essa diferença na precisão dos cálculos pode gerar pequenas variações nos valores totais, especialmente em situações envolvendo muitos itens ou valores fracionados, acumulando uma diferença evidente no resultado final.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação deverá realizada por item, tornando o regramento e o parcelamento técnica e economicamente inviável, não havendo na visão da equipe de planejamento prejuízo de perda de escala mas, sim a possibilidade de melhor aproveitamento do objeto e ampliação da competitividade, concluiu-se que é **viável** o parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A nova compra/contratação está vinculada à política pública de **sustentação operacional das Forças Armadas**, que tem como objetivo principal garantir o suporte logístico e o pleno funcionamento das unidades militares, especialmente em regiões estratégicas, como a Amazônia, onde a 23ª Brigada de Infantaria de Selva desempenha missões de alta relevância.

Essa contratação está regulamentada pela **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece as diretrizes para licitações e contratos administrativos, promovendo transparência, eficiência e alinhamento com os princípios da administração pública.

Adicionalmente, a aquisição está plenamente alinhada aos **planos de governança** instituídos pelo órgão, seguindo as diretrizes do **Planejamento Estratégico**, que priorizam ações de logística sustentável e a otimização de recursos. A contratação também está registrada no **Plano de Contratações Anual (PCA)**, com o respectivo **ID da contratação**, garantindo que a iniciativa esteja em conformidade com o planejamento orçamentário e estratégico previamente estabelecido. Essa abordagem assegura que as aquisições contribuam diretamente para o cumprimento das metas institucionais e operacionais da Brigada.

Os limites e instâncias de governança para a presente compra/contratação estão claramente definidos e amparados por dispositivos legais e normativos, garantindo a adequada supervisão e a transparência no processo.

Conforme o **Decreto nº 10.193/2019**, são estabelecidas as diretrizes para a gestão eficiente de materiais e serviços, com foco na economicidade, sustentabilidade e qualidade nas contratações públicas.

A **Portaria ME nº 7.828/2022** regula os procedimentos administrativos relacionados ao processo de compras e contratações no âmbito da administração pública, indicando padrões de planejamento, execução e controle que asseguram o cumprimento dos objetivos institucionais.

Por sua vez, a **Portaria C Ex nº 2.334/2024** reforça os limites e atribuições específicos para as contratações no Exército Brasileiro, definindo as instâncias de aprovação e os critérios de conformidade que devem ser observados em todas as etapas do processo.

Esses instrumentos normativos estabelecem as instâncias responsáveis pela governança, que incluem os setores de planejamento, logística e finanças, além dos níveis hierárquicos competentes para análise e aprovação das aquisições, garantindo alinhamento às diretrizes estratégicas e à legislação vigente.

O objeto da presente contratação está classificado como uma **atividade de custeio**, conforme previsto na **Portaria ME nº 7.828/2022** e na **Portaria C Ex nº 2.334/2024**, que regulamentam as despesas correntes destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais.

Essa classificação no **Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações** assegura que os recursos sejam destinados à sustentação logística e funcional da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, garantindo o suporte necessário para a execução das missões operacionais e administrativas, de forma alinhada às normas vigentes e aos princípios da economicidade e eficiência na gestão pública.

A autorização para a celebração de contrato que ultrapassa o valor global superior a **R\$ 1.000.000,00** será realizada somente após a homologação dos vencedores do certame licitatório, em conformidade com os procedimentos previstos na legislação vigente. Dessa forma, a autorização será postergada até o momento do ato de celebração contratual, que ocorrerá antes da assinatura do contrato. Essa medida visa assegurar o cumprimento das etapas formais do processo, garantindo maior controle, transparência e aderência às normas administrativas aplicáveis, em especial as previstas na **Lei nº 14.133/2021**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente compra/contratação visam maximizar a **eficiência** e a **eficácia** no suporte logístico às operações conduzidas pelo Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Cmdo 23ª Bda Inf SI). Em termos de benefícios diretos, espera-se garantir o fornecimento adequado e tempestivo dos materiais de rancho, essenciais para a sustentação das tropas durante a Operação Kayapó, assegurando o pleno cumprimento das missões previstas com qualidade e segurança.

Nos benefícios indiretos, a contratação busca contribuir para a continuidade das atividades operacionais da Brigada com menor risco de interrupções logísticas, promovendo a economicidade e a sustentabilidade no uso de recursos públicos. Além disso, a aquisição fomenta a economia local e regional, fortalecendo o vínculo entre o Exército Brasileiro e as comunidades atendidas. Dessa forma, a iniciativa reforça a capacidade da 23ª Brigada de Infantaria de Selva em desempenhar seu papel estratégico na Amazônia, alinhando-se aos objetivos institucionais e operacionais.

13. Providências a serem Adotadas

A classificação deste processo é considerada como não reservada, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação no âmbito da administração pública. Sendo assim, as informações relacionadas a este processo podem ser acessadas publicamente, pois não se enquadram em nenhuma das exceções previstas pela legislação para o sigilo de informações. Essa transparência visa garantir que os procedimentos administrativos sejam realizados de maneira clara e aberta, permitindo o acompanhamento e controle social sobre a gestão dos recursos públicos e as decisões tomadas no âmbito do processo licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais incluem o aumento de resíduos sólidos, como embalagens descartáveis, emissões de gases poluentes pelo transporte dos materiais e o consumo de recursos naturais na fabricação dos produtos.

O **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), orienta a administração pública na incorporação de critérios e práticas sustentáveis em processos de compras e contratações. Entre os trechos relevantes para esta contratação, destacam-se:

1. **Critérios de Sustentabilidade na Seleção de Fornecedores:** O guia enfatiza a necessidade de priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade, como o uso de materiais reciclados ou biodegradáveis e a implementação de processos de produção com menor impacto ambiental.
2. **Redução de Resíduos e Uso de Embalagens Sustentáveis:** Recomenda-se o estímulo à utilização de embalagens recicláveis ou retornáveis, buscando minimizar o impacto ambiental gerado pelo descarte inadequado.
3. **Logística Sustentável:** O guia orienta para a adoção de estratégias que reduzam a pegada de carbono das contratações, como a otimização de rotas de transporte e a preferência por fornecedores locais ou regionais para diminuir o impacto ambiental associado à logística.
4. **Eficiência no Uso de Recursos Públicos:** Aponta que as contratações sustentáveis também promovem a economicidade ao integrar práticas que reduzam o desperdício e aumentem a durabilidade dos materiais adquiridos.

Essas orientações são diretamente aplicáveis ao presente processo, reforçando o compromisso do Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva com os princípios de sustentabilidade e eficiência nas contratações públicas.

As ações da administração pública estão direcionadas à **redução do consumo** e à **aquisição preferencial de produtos** que se enquadrem no conceito de economia circular, promovendo a reutilização, reciclagem e o prolongamento da vida útil dos materiais, ou que representem **menor impacto ambiental** em sua produção e descarte.

Essa abordagem está amparada no **art. 5º** e no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, que orientam as contratações públicas a observarem critérios de sustentabilidade, e no **art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, promovendo a gestão integrada e o reaproveitamento de resíduos como princípio fundamental. Essas medidas reforçam o compromisso da administração com a preservação ambiental e a eficiência no uso dos recursos públicos.

De acordo com a Instrução Normativa MPOG nº 1/2010 a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, no que se aplica ao objeto, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Este órgão, afirma que serão tomados todos os procedimentos para que não haja impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das informações levantadas por este estudo preliminar elencadas acima, conclui-se que a aquisição ora demandada é viável e possui elementos que a possibilitam prosperar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO FERNANDO RATES DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação

JOAO GUILHERME BRAGA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1.1 Planilha inicial de itens anexa ao DFD.pdf (373.1 KB)
- Anexo II - 2. BI 228 11 DEZ 2024 do 52º BIS - Eqp Plnj Ctrtç.pdf (61.8 KB)
- Anexo III - 3. Consolidada final aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório.pdf (182.16 KB)
- Anexo IV - 3.1 Consolidada 52º BIS aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório.pdf (193.66 KB)
- Anexo V - 3.2 Consolidada GAC aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório - Planilhas Google.pdf (303.22 KB)
- Anexo VI - 3.3 Consolidada 23º Cia Com Sl aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório.pdf (145.48 KB)
- Anexo VII - 3.4 Consolidada 33º Pel PE aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório.pdf (145.85 KB)
- Anexo VIII - 3.5 Consolidada Cia C-23ª Bda Inf Sl aquisição de materiais de copa, cozinha, padaria e refeitório.pdf (195.89 KB)
- Anexo IX - 4. Consumo Anual 52º BIS - 2023.pdf (169.94 KB)
- Anexo X - 4.1 Permanente Anual 52º BIS - 2023.pdf (6.57 KB)
- Anexo XI - 4.2 Consumo anual 52º BIS -2024.pdf (97.71 KB)
- Anexo XII - 4.3 Permanente Anual 52º BIS - 2024.pdf (4.08 KB)
- Anexo XIII - 5. Consumo Anual 1º GAC Sl - 2023.pdf (139.96 KB)
- Anexo XIV - 5.1 Permanente Anual 1º GAC Sl - 2023.pdf (24.39 KB)
- Anexo XV - 5.2 Consumo anual 1º GAC SL - 2024.pdf (7.11 KB)
- Anexo XVI - 5.3 Permanente 1º GAC SL -2024.pdf (61.59 KB)
- Anexo XVII - 6. Consumo Anual 23ª Bda Inf Sl - 2023.pdf (127.72 KB)
- Anexo XVIII - 6.1 Permanente Anual 23ª Bda Inf Sl - 2023.pdf (27.35 KB)
- Anexo XIX - 7. Consumo - 23ª Cia Com Sl - 2024.pdf (33.05 KB)
- Anexo XX - 1. Documento_de_Formalizacao_da_Demanda_material_de_Ranchoassinado.pdf (266.74 KB)
- Anexo XXI - 8. DIEX 5743 12 NOV 2024 do COLOG - Descentralização de Recursos.pdf (83.45 KB)
- Anexo XXII - 8.1 DIEX 275 22 NOV 2024 do 8º GptLog - Descentralização de Recursos.pdf (118.74 KB)
- Anexo XXIII - 8.2 Cod Descentralização 8ª RM - Grupo 3.pdf (495.38 KB)
- Anexo XXIV - 8.3 Cod Descentralização 8ª RM - Grupo 4.pdf (426.49 KB)
- Anexo XXV - DIEx nº 290-S4SCmt BtlCmt Btl 29NOV24.pdf (1.7 MB)
- Anexo XXVI - Mapa de risco.pdf (121.24 KB)